



1 **APROVAÇÃO 29/11/2021** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
2 TÉCNICA INSTITUCIONAL LEGAL - CTIL DO COMITÊ DA REGIÃO
3 HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE
4 MARICÁ E JACAREPAGUÁ - CBH/BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL - No dia 30 de
5 agosto de 2020, segunda-feira, às 13h, deu-se a reunião extraordinária da CTIL do
6 CBH-BG por videoconferência com a seguinte pauta: **1) Discussões sobre o**
7 **Regimento Interno do CBH-BG.** A reunião teve início. Halphy Rodrigues falou
8 sobre a necessidade de haver segurança jurídica na aprovação do Regimento
9 Interno, recordando que no passado já houve questionamentos sobre isso. Com
10 isso, Halphy informou que havia discutido com Adriana Bocaiuva que a aprovação
11 deveria se dar da forma mais eficiente possível. Jacqueline Guerreiro questionou
12 para a Secretaria Executiva sobre o andamento da resposta do jurídico à questão
13 que ela levantou há algum tempo sobre as entidades que são conglomerados de
14 outras. Halphy pediu para responder a questão, informando que ele se
15 comprometeu a elaborar uma carta para reenviar o questionamento e que ainda não
16 havia concluído para encaminhar para aprovação da CTIL e para o jurídico. Carolina
17 Martins complementou dizendo que está aguardando a carta para retomar o
18 processo. Adriana falou sobre o documento que será anexo ao RI sobre a área
19 costeira e pontuou que seria interessante que os subcomitês leiam a descrição e
20 que isto seja acessível mesmo para os leigos. Foi iniciada a reflexão sobre o
21 Regimento Interno. Foi sugerida a adequação do termo “à realidade”, excluindo a
22 palavra existência e solicitando que fosse inserida a legislação que dá início aos
23 subcomitês ainda nos “Considerandos”. Flávia Lanari ressaltou que acredita que o
24 nome também deveria ser revisto, mas José Paulo Azevedo falou que isto cabe à
25 Assembleia Legislativa. Adriana informou que isto deve sair como encaminhamento
26 na revisão do RI. Sobre as atribuições do comitê, as sugestões foram acatadas.
27 Sobre a estrutura e instâncias, foi reavaliado que a nomenclatura mais adequada
28 seria Comissões e não Conselhos, pois é entendido que o Conselho é algo maior e
29 permanente. Foi sugerido por José Paulo que haja a complementação de Grupo de
30 Acompanhamento. Carolina sugeriu que seja incluído um trecho que trate da
31 questão no RI. Adriana informou que revisaria o texto que foi sugerido sobre
32 usuários. Foi acatada a sugestão de que o representante da administração pública
33 tenha preferencialmente formação ou experiência na área ambiental. Adriana
34 apresentou uma sugestão para o inciso sobre usuários. Sobre a questão de
35 representação em mais de uma entidade, Jacqueline frisou a questão de se precisar
36 falar o óbvio, incluindo também a questão de que gestor público não pode ter cargo
37 administrativo em organização da sociedade civil que integre o CBH-BG. Halphy
38 falou que marcou as vagas porque este seria o momento de repensar, mas todos
39 concordaram que o que está posto já atende à necessidade. Foi considerado que os
40 subcomitês podem distribuir as vagas de usuários e poder público de acordo com a
41 necessidade particular de cada um. Foi colocada a questão da ABES, que não seria
42 de fato uma organização da sociedade civil, mas Adriana esclareceu que em seu
43 estatuto, pelos objetivos que são colocados, que é uma organização da sociedade
44 civil. Foi falado que a lei federal estabelece que é o executivo que integrará o comitê

45 de bacia. Halphy solicitou que se incluísse um lembrete no parágrafo sobre
46 federações para que seja possível refletir posteriormente. As sugestões sobre
47 competências da Plenária foram aceitas, solicitando alteração da limitação para
48 corpos hídricos, abrangendo todas as possibilidades. Flávia solicitou que haja algo
49 sobre a gestão costeira, mas o grupo considerou que irá contribuir posteriormente.
50 No artigo 11 foi solicitada a inclusão do formato de reuniões híbridas. Foi adicionada
51 a sugestão de Flávia que as reuniões extraordinárias sejam realizadas em 5 dias
52 úteis, sendo pontuado por Halphy que nos subcomitês seja discutida a viabilidade
53 disto. Foi discutida a questão da ausência, estabelecendo que a justificativa deve ter
54 um limite de prazo, sendo a sugestão de 2 dias úteis, posterior e que a exclusão
55 deve ser automática, sendo apenas comunicada na plenária em que ocorreu a falta.
56 Jacqueline manifestou que não concordava com a anulação de faltas em nenhuma
57 hipótese. Halphy falou que acreditava que o texto sobre justificativa deveria ser
58 excluído, pois não caberia recurso posterior. Jacqueline pediu que ficasse registrado
59 que ela, como representante do Oeste nesta Câmara Técnica, teve que indicar a
60 legitimidade da letra B, que foi proposta por outra representante do subcomitê
61 quando integrava o grupo, e que esta representante indicou que esta proposta foi
62 legitimada pelo coordenador. Jacqueline pontuou que acreditava que todos os
63 coordenadores deveriam receber o texto juntos para sugestões. Não houve
64 consenso sobre a obrigatoriedade dos suplentes participarem, sendo decidido que a
65 redação seria dada posteriormente. Foi adicionada a sugestão de Halphy de que as
66 entidades que entrarem nas vacâncias devem seguir todos os requisitos
67 necessários. Halphy sugeriu que as entidades afastadas por ausência não possam
68 entrar novamente no mandato em vigência, salvo casos de representação do poder
69 público em virtude de mudança de mandato pelo pleito eleitoral. Foi excluída a
70 questão de resolução sobre falta, tendo em vista que o assunto foi esgotado no
71 próprio regimento. Halphy questionou se a Plenária definia a pauta, sendo
72 esclarecido por Carolina que algumas vezes há a indicação de pontos pelos
73 membros, sendo solicitado por Halphy que fosse incluído que fosse e/ou. Halphy
74 questionou se seria possível continuar, tendo em vista que estava na metade do
75 Regimento Interno. O grupo decidiu que seria marcada outra reunião para o dia
76 13/09 às 14h. Halphy pediu que Carolina enviasse o material, indicando que seria
77 analisado a partir do Artigo 12 e que o objetivo era que fosse finalizado nesta
78 reunião. Carolina solicitou que fossem feitas considerações sobre a ata do dia 21/06
79 que estava pendente de aprovação. A reunião foi encerrada às 18h45.

80

81

Halphy Cunha Rodrigues

82

Coordenador da Câmara Técnica Institucional Legal

83

Participantes:

84

85

Instituto de Estudos dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente - IEDHMA – Sandra
86 Beltrão; Associação de Moradores do Alto Gávea – AMALGA-RJ – Adriana
87 Bocaiuva; Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá –



88 APALMA – Flávia Lanari; Associação Organização da Sociedade Civil de Interesse
89 Público Mobilidade e Ambiental Brasil – OMA – Brasil – Jacqueline Guerreiro e José
90 Paulo Azevedo; Águas de Niterói – Halphy Rodrigues. Secretaria Executiva
91 (Agevap): Carolina Martins e Ana Castro.